

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

###### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



## RESOLUÇÕES:

## RESOLUÇÃO N. 30-72

Data: 30 de agosto de 1972.

Súmula: Aprova em todos os seus termos o convenio celebrado a 9.12.71, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, em 9 de dezembro de 1.971, de conformidade com o disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Resolução, vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30 de agosto de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

## RESOLUÇÃO N. 31-72

Data: 1.º de setembro de 1972.

Súmula: Dá nova redação ao artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n. 19-69, de 15.8.69.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n. 19-69, de 15 de agosto de 1969, passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 2.º — O Deputado indicará à Mesa da Assembléia, através de relação discriminativa, as entidades sociais a serem subvencionadas, que estejam em pleno funcionamento e possuam personalidade jurídica, a qual autorizará o respectivo pagamento.

§ 1.º — Os pagamentos serão feitos, as entidades indicadas, mediante cheques nominais.

§ 2.º — O comprovante de caixa será a cópia do cheque nominal, para efeito de contabilização".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 1.º de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

## JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Resolução n. 16-69, no § 1.º, do art. 2.º, mantidos com o presente projeto, que os pagamentos às entidades beneficiadas serão feitos mediante cheques nominais, o que equivale a recibo. Daí nos parecer desnecessária a exigência de novo documento comprobatório do respectivo pagamento.

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO N. 390-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 377-72, de 21 de janeiro de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a ALCÉU RAMOS, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de setembro de 1.970, data em que tomou posse no cargo que ora ocupa no Poder Legislativo, por contar naquela data, com mais de DEZ (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 391-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.950-72, de 03 de agosto de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a CECILIA KURECKI STUART, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 30 de julho de 1972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 392-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.671-72, de 26 de julho de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a DUILIO DIAS, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 1.º de maio de 1972, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 393-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.014-72, de 07 de agosto de 1972, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de LAZARO DA SILVA, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 04 de julho de 1.962 e igual data de 1.967; e,

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 04 de janeiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15 de setembro de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 394-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.797-72, de 1.º de agosto de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de MARIA MENEZES GUSSO, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 395-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4.868-72, de 26 de junho de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de SEBASTIAO DE CRISTO, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971 e de quinze (15) dias de 1.969, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 396-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.480-72, de 21 de agosto de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a CLARICE DE MIRIANDA, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 25 de julho de 1.972; data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N. 397-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.090-72, de 09 de agosto de 1.972, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 06 de agosto de 1.958 a igual data de 1.968;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 06 de agosto de 1.968 e 26 de junho de 1.972, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio e de vinte (20) dias de férias relativas ao ano de 1.969, contados em dobro; e,



III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 24 de julho de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de serviço, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 398-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.236-72, de 14 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 399-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.277-72, de 15 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público, de IRACILDA SILVA SERTORIO, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 13.11.63 e igual data de 1.967, antecipado em razão da incorporação referente ao 1.º decênio, e,

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de dezembro de 1971, data em que completou 20 (vinte) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 400-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.701-72, de 29 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

designar OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, funcionário do Quadro de Pessoal desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe do Cerimonial, do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 401-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.544-72, de 23 de agosto de 1972, deste Poder

##### RESOLVE:

conceder a JOANA MACIEL FARIAS, ocupante do cargo de nível "PL-16" da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 02 de fevereiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 402-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.400-72, de 17 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### Resolve

conceder, com fundamento no Art. 247, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia (06) meses de licença, especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 31 de dezembro de 1.960 e 31 de agosto de 1.970, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1966 e 1968, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 403-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.310-72, de 16 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

conceder a LUIZ FERNANDO FLORES, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 30 de julho de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 404-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.082-72, de 09 de agosto de 1.972, deste Poder,

##### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de RUBYS DE SOUZA, ocupante do cargo de nível "PL-22" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional desta Assembléia, o tempo de (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 19 de maio de 1.966 e 19 de novembro de 1970, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1.965, 1.966 e 1967, contados em dobro;

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 08 de abril de 1.971, data em que completou vinte (20) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 405-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.399-72 de 17 de agosto de 1.972, deste Poder

##### RESOLVE:

I — mandar contar para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de JOSÉ SUPILICY DE LACERDA, ocupante do cargo de nível "PL-28", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.964, 1.965 e 1.966, que deixou de gozar; e

II — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 04 de maio de 1971, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de setembro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

## 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

### Ata da 141ª Sessão Ordinária

Realizada em 25 de Setembro de 1972

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Fuffara — Ivo Thomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borçari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaroumont — Leopoldo Jacmel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima e Wilson Brandão (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira — Fuad Nacli — Igo Losso — Muggiati Filho — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

#### MENSAGEM:

MENSAGEM 42/72

Senhor Presidente.

Curitiba, 13 de setembro de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar à União, o imóvel constituído por parte do lote de terras rurais número 1 (um) da Gleba Cascavel, chácara do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no



município e comarca do mesmo nome, contendo tal imóvel a área de ..... 1 264.329,00 m2 (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e nove metros quadrados), sem benfeitorias e com os limites e confrontações que especifica.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, face a destinação que a União dará ao questionado imóvel, qual seja, a de utilização pelo Ministério do Exército, nas instalações de uma Unidade Militar, conforme, aliás, dispositivo expressamente contido no Anteprojeto de Lei anexo.

Segundo esclarece o Comando da 5a. Região Militar e 5a. Divisão de Infantaria, através do Ofício n.º 94—SPR/5, de 16 de junho do corrente ano, a área cuja doação é pretendida, satisfaz plenamente as condições necessárias à instalação da Unidade do Exército em Cascavel, Município situado na faixa de fronteira.

Certo de que o Pleno de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à União Federal o imóvel constituído por parte do lote de terra rural número um (1) da Gleba Cascavel, chácara do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no Município de Comarca de Cascavel, neste Estado, contendo a área de hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e nove metros quadrados aproximadamente (1.264.329,00 m2), sem benfeitorias e com os limites e confrontações seguintes: A Nordeste por uma linha seca, confrontando com terras do quadro do Perímetro Urbano da cidade de Cascavel sob n.ºs. 163, 164, 165, 166 e 167; A Leste por uma linha seca com a rua Pedro Ivo que confronta com os lotes de n.ºs. 95, 96, 97, 98 e 99 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, por uma linha seca, confrontando com uma rua sem denominação que confronta com as terras dos lotes n.ºs 6, 7 e 8 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, pela rua n.º 7, que confronta com a reserva do Estado R—8; A Oeste por uma linha seca, confrontando com a rua n.º 8; A Noroeste por uma linha seca, confrontando com a rua Machado de Assis no trecho que confronta com as quadras n.ºs. 4, 3, 2, 1 e 162 A do perímetro urbano da cidade de Cascavel.

Art. 2.º. O imóvel referido no artigo anterior, destina-se às instalações de uma Unidade Militar do Ministério do Exército.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 277/72, do Senhor Sebastião Ferrarini, Diretor Geral do Instituto de Educação do Paraná, agradecendo ao Senhor Deputado Ivo Tomazoni, pela colaboração gentilmente prestada aquele Instituto, para os festejos de seu Jubileu de Ouro. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 1611/72, do Senhor Doutor Arnaldo Moura, Presidente da Associação Médica do Paraná, agradecendo, em nome da classe médica, a iniciativa da proposição do Projeto de Lei que institui o Dia do Médico, a ser comemorado em todo o Estado, no dia 18 de outubro. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1/72/72, do Senhor Mario João Figueiredo, Presidente do Diretório Acadêmico de Medicina Veterinária, comunicando a eleição e posse da nova diretoria, daquele Diretório, durante a gestão 72/73. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

#### TELEGRAMA:

Do Senhor Rodrigo Ajacc Moreira Barbosa, Secretário Geral do Ministério dos Transportes, prestando esclarecimentos em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Domicílio Scaramella, nos seguintes termos: Propósito Of.º/987 de 11.8.72 apelando sentido seja acolhida reivindicação Lions Club de Porto União da Vitória vg objetivando assolaamento ponte ferroviária sobre Rio Iguaçu naquela Comarca vg informe Vossencia assunto encaminhado audiência prévia pt. SDS — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 20/72.

— de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 39/72.

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 154/72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado estadual subscritor do presente, tendo em vista a necessidade de incluir a entidade interessada como beneficiária da verba de subvenção social do Governo do Estado, ainda no presente exercício, para o que se torna imprescindível a conclusão do processo legislativo em foco, vem requerer para o Projeto de Lei n.º 157/72 o competente regime de urgência, cuja proposição visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1972.

(a) — Muggiati Filho.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Moscalewski, pertencente a tradicional família paranaense, Professor da Faculdade de Engenharia do nosso Estado, membro do Instituto dos Engenheiros. Representou o Paraná em diversos encontros de engenheiros em vários Estados do Brasil, foi também, um dos grandes organizadores do recente encontro de engenheiros realizado nesta cidade, o qual alcançou grande êxito tendo sucesso nacional.

O Paraná perde com sua morte um filho que nunca será esquecido, deixando também uma lacuna entre seus amigos que jamais será preenchida. Solicita, outrossim, seja dada ciência à família enlutada.

Saia das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

a) Domicílio Scaramella.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção na Ata de nossos trabalhos, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Atanagildo de Souza Laio, figura das mais expressivas na vida política do Município de Cerro Azul e ex-prefeito daquela Comuna, ocorrido em data de ontem.

Requer ainda, que da aprovação deste se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

a) Quilse Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Marechal Mallet, da prestantíssima Senhora Cassiana Machado.

Requer também, que da decisão da Mesa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

(a) — Luiz Roberto Soares

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e de acordo com as normas regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações pelo magnífico trabalho que vem sendo executado pela direção da TV Coroados - Canal 3, da cidade de Londrina, quando comemora o seu 9.º aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à sua dinâmica diretoria.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

(a) Rosário Pitelli

#### JUSTIFICATIVA:

Há nove anos atrás, o Norte do Paraná, recebia com grande entusiasmo a ação pioneira dos homens que sempre acreditaram no Paraná. Assim se inaugurava em Londrina a "Televisão Coroados — Canal 3".

Na oportunidade a imagem e o som eram dos melhores do interior até então existentes, mas hoje decorridos 9 anos, na data de seu aniversário, a Televisão Coroados — Canal 3, da cidade de Londrina, lança novamente o aprimoramento de seu equipamento, inaugurando moderníssima instalação de transmissores de grande potência para transmissão a cores.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, mui respeitosamente, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente do Bamerindus e Presidente do Banco Comercial do Paraná, solicitando parcelamento para 4 anos, do financiamento concedido, a todos os agricultores que tiveram suas lavouras destruídas pelas geadas.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

(a) — Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

A maioria dos agricultores são pequenos proprietários que apenas produzem trigo, e que, por isso mesmo, foram sensivelmente prejudicados, alguns com 80% da safra atingida.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, fazendo uso de sua atribuição parlamentar, mui respeitosamente, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente do Banco Bamerindus e Presidente do Banco Comercial do Paraná, solicitando seja aberto Crédito Especial nessas Casas Bancárias, para concessão de financiamento aos pequenos proprietários que ainda não tem o título definitivo, mas apenas mantêm a posse da terra.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

(a) — Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração que a maioria dos pequenos proprietários, por não terem o título definitivo da terra, não tem podido obter financiamento, fazendo-se através de terceiros, bem como, levando-se em consideração que esses mesmos pequenos proprietários foram grandemente prejudicados, necessitando, portanto de um financiamento direto.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia Telecomunicações do Paraná (TELEPAR), no sentido de que determine providências, a fim de que seja mantido um serviço de plantão, após às 23,00 horas, para atendimento do serviço interurbano, na cidade de São José dos Pinhais.

A ausência de funcionárias, que seria coberta por um plantão em Curitiba, após a ligação do "Zero", não está sendo cumprido, fato que vem ocasionando sérias dificuldades aos usuários daquele Município, isolados que ficam em suas comunicações.

A solução deste problema constitui, por isso mesmo, medida de alto alcance, razão pela qual se solicita providências da TELEPAR.

Sala das Sessões em 25 de setembro de 1.972.

(a) Maurício Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, o envio ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Máximo Ivo Domingues, da seguinte solicitação:

Seja encaminhado com a máxima urgência à 1.ª Secretaria do Poder Legislativo de Certidão de inteiro teor, por fotocópia, dos processos que originaram o estabelecimento das linhas de transportes coletivos intermunicipais por concessão, licença provisória e eventual, com as suas respectivas tabelas de preços e horários atualizadas, abaixo relacionadas:



- 1) — Curitiba - Francisco Beltrão via União da Vitória — das empresas Catani S/A e Reunidas S/A;
- 2) — Curitiba - Francisco Beltrão — via Três Pinheiros — das empresas Catani S/A e Reunidas S/A;
- 3) — Curitiba - Capanema — via Laranjeiras do Sul, da Catani S/A;
- 4) — Curitiba - Monte Alegre — via Rodovia do Café, da Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 5) — Curitiba - Guaira — via Toledo - Rondon, do Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 6) — Curitiba - Guaira — via Assis Chateaubriand — do Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 7) — Curitiba - Guaraqueçaba, da Viação Dovaltur Ltda.;
- 8) — Curitiba - Campo Mourão via Rodovia do Café, do Expresso Nordeste Ltda. e Viação Garcia Ltda.;
- 9) — Curitiba - Capanema via União da Vitória, de Catani S/A;
- 10) — Curitiba - Rondon, do Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 11) — Curitiba - Toledo, do Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 12) — Cascavel - Mato Ralo, da União Cascavel Ltda.;
- 13) — Cascavel - Boa Vista da Aparecida, da União Cascavel Ltda.;
- 14) — Pato Branco - Cascavel — via Três Pinheiros, de Catani S/A e Princesa dos Campos S/A;
- 15) — Pato Branco - Cascavel - Guaira, do Expresso Princesa dos Campos S/A;
- 16) — Toledo - Maringá, do Expresso Nordeste Ltda.;
- 17) — Ponta Grossa - Ivaiporã — via Mauá da Empresa Princesa do Ivaí S/A;
- 18) — Curitiba - São Osório, da Catani S/A;
- 19) — Londrina - Porecatu, de Viação Carreira Ltda e Viação Garcia Ltda.;
- 20) — Londrina - Paranaciti — via Rolândia, de Viação Carreira Ltda.;
- 21) — Curitiba - Cornélio Procopio — via Rodovia do Café, de Viação Ouro Branco S/A.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.972.

#### (a) — Ivo Tomazoni

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Governo do Estado, através dos instrumentos legais fornecidos por esta Assembleia, com a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia — FUNRESPOL, está empreendendo um esforço inédito para melhor garantir a segurança pública, especialmente aqui na Capital e nas principais cidades do Interior, onde houve crescimento assustador da criminalidade e as populações assistem em pânico ao desfile das manchetes sangrentas.

É um esforço de peso, que de imediato permitirá aumentar a eficiência do organismo policial, dotando-o de meios de locomoção fácil e intercomunicação imediata. Ao lado desse reforço material para a luta contra o crime, presenciamos, também, a ampliação do corpo policial, com a admissão de comissários, dactiloscopistas, agentes e motoristas, ampliando um quadro que há décadas permanecia estático enquanto a criminalidade aumentava em ritmo explosivo, paralelo ao aumento demográfico.

Após tomar essas louváveis medidas, Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, em contato informal com alguns dos Senhores Deputados, anunciou a disposição de garantir um melhor nível de remuneração à Polícia Civil, demonstrando uma visão correta das deficiências da estrutura policial. Dentre todos os investimentos que se faz no setor, parece-nos que este é o de maior importância: há necessidade inadiável de investir no homem, no policial, dando-lhe condições dignas para desempenhar tranquilo a tarefa de perigo e abnegação que se lhe exige. O baixo nível de vencimentos atribuído à Polícia Civil, desde delegados até agentes, é responsável hoje por um desestímulo injusto, em detrimento da eficiência e do respeito que o policial deve merecer como uma das poucas recompensas por sua espinhosa missão.

Assim sendo, entendemos que esta Assembleia, da mesma forma como deu ao Governo do Estado os meios para empreender o reequipamento material da Polícia, deve, de antemão, manifestar ao Excelentíssimo Senhor Professor Pedro Viriato Parigot de Souza apoio por antecipação à qualquer iniciativa visando remunerar melhor aos funcionários públicos que exercerem funções policiais. Ficará assim, Sua Excelência, respaldado para implantar o regime de dedicação exclusiva e tempo integral onde seja necessário, podendo dobrar, de imediato, os vencimentos da Polícia Civil, sem prejuízo da atualização da gratificação por risco de vida, atendendo velha reivindicação da classe policial.

É tal apoio que propomos neste requerimento, solicitando que, uma vez ouvida a Casa, comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado esta moção de aplausos a qualquer iniciativa do Executivo que tenha por objeto melhor recompensar aos integrantes do Quadro da Polícia Civil que realmente desempenhem funções policiais.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1.972.

(a) — Erondy Silvério

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 164/72  
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a "UNIAO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES SECUNDARIOS DE CURITIBA — UMESC", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1972.

#### JUSTIFICACAO:

A UMESC é entidade que, precipuamente, tem finalidades nobres, conforme atestam os Estatutos que acompanham esta proposição.

Agremiando estudantes curitibanos dos estabelecimentos de ensino secundário e do grau médio, coordenam-lhes as atividades, propiciando-lhes assistência diversificada.

Entendemos, portanto, perfeitamente cabível que se reconheça na UMESC o caráter de utilidade pública, que efetivamente tem.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna nesta tarde para tratarmos de dois assuntos. Em primeiro lugar queremos dizer da satisfação que tivemos, sábado último, em Londrina, em assistir S. Exa. o Sr. Governador do Estado, acompanhado do

Ministro Pratine de Moraes, firmar os documentos relativos a instalação do Instituto Agrônomico de Londrina. Com essa medida foram preenchidas lacunas que existiam neste setor de grande importância para a região Norte do Estado.

Em segundo lugar, por solicitação do Líder da Arena, nesta Casa, Deputado João Mansur, no sentido de trazer ao conhecimento da Casa assunto contido em telegrama que recebeu do Sr. Walter Perachi Barcellos, que diz respeito a inaugurações de agências do Banco do Brasil e que irão ser instaladas no território paranaense.

Passo a ler o telegrama que foi recebido pelo Líder João Mansur:

(Lendo): — "Tenho satisfação comunicar vossencia que viajarei ao Paraná em cia. sr. Nelson Meira Lucena gerente sexta região e dr. Leonidas Maia Albuquerque chefe meu gabinete vg a fim inaugurar vg novos edifícios seguintes agências bipts Agencia Palmas dia vinte e um deste onze horas vg Loanda dia vinte e oito onze horas vg Nova Londrina dia vinte onze horas pt Subgerencia Mandaguacu dia dez outubro, esta com presença exmo. sr. Presidente Nestor Jort pt Cordiais sds pt Walter Perachi Barcellos vg Diretor Sexta Região Banco Brasil".

Quer o Líder da Arena, por nosso intermédio, que fique aqui patente, a satisfação do Paraná em ver a instalação dessas Agências em nosso Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer se ter a impressão que, sistematicamente, faço oposição ao Governo do Estado. Não é verdade. A estranheza é que, embora pertencendo ao Partido Oficial, a Arena, ocupa a Tribuna desta Casa, muitas vezes, para criticar atos do Governo. Mas não é bem verdade — "nem tanto ao mar, nem tanto à terra". Ainda agora a Casa terá oportunidade de apreciar um Requerimento de minha autoria, em que comungo com o ponto-de-vista de Sua Excelência o Sr. Governador Parigot de Souza, quando eu soube que Sua Excelência tencionava melhorar os vencimentos da Polícia Civil do Estado, porque, segundo Sua Excelência, não basta que a Polícia Civil seja bem equipada, seja bem equipada em armamentos, mas, que o pessoal não seja bem remunerado, para dar combate à onda sempre crescente de crimes e assaltos que se verifica não só na Capital do Estado, mas em todo o território paranaense.

Está certo Sua Excelência. É preciso que não se esqueça o homem, preciso que se dê, ao policial, condições para que possa bem desempenhar as suas elevadas funções perante a sociedade paranaense.

Então, no mesmo instante em que apresento à Casa um requerimento pedindo que esta Casa apoie integralmente a pretensão do Governador em querer majorar os vencimentos para o pessoal da Polícia Civil, eu não posso deixar de tecer algumas considerações contra a TELEPAR.

Já disse nesta Casa, muitas e muitas vezes, que aquele serviço vem piorando dia a dia, mas, em prejuízo do comércio e em prejuízo da indústria e do próprio povo paranaense, porque se piorasse em prejuízo da Diretoria da TELEPAR não haveria problema nenhum — mas é que essa piora do serviço, essa baixa qualidade do serviço da TELEPAR reflete incisivamente no comércio principalmente, e na indústria que são a infra-estrutura do Poder Público.

Nós estranhamos desta Tribuna, diversas vezes, o porque que a atual Direção da TELEPAR suprimiu o plantão, aos sábados, feriados e domingos, e porque até hoje o Sr. Líder do Governo ficou de trazer uma resposta — porque ninguém pode, em sua consciência, imaginar o porque do fato da Direção da TELEPAR, eliminar o plantão que atendia as ocorrências, as anormalidades verificadas no serviço telefônico nos fins de semana e feriados — e não a trouxe.

Isto é lastimável. Imaginem os Srs. Deputados, dando um exemplo: — se o cidadão teve a infelicidade de ter o seu telefone danificado numa sexta-feira — porque lá ninguém trabalha aos sábados — se ele teve o telefone danificado na sexta-feira, que se dane! Só na segunda-feira a TELEPAR irá providenciar o reparo, isto se consertar ainda na segunda-feira, porque às vezes passa o reparo para terça ou quarta-feira e emenda para a sexta, e o cidadão passa 15 dias sem telefone, mas, no fim do mês eles não têm a consideração de abater do preço da mensalidade, aqueles dias em que o usuário ficou sem o pleno uso do aparelho telefônico.

Há poucos dias, não por culpa da TELEPAR, em vista de uma Cia. Construtora estar construindo a rede subterrânea de Curitiba, houve dano num tronco, na rua Marechal Floriano e Marechal Deodoro, no centro da cidade e o comércio ficou 15 dias sem telefone porém, no fim do mês veio a continha sagrada, sem ser abatido um dia sequer do preço da mensalidade. E a nossa reclamação, a minha reclamação não é somente minha, aqui sou porta-voz do povo paranaense. A própria imprensa vem reconhecendo que algo de errado existe da Direção da TELEPAR. Não sabemos o porque que o Sr. Governador ainda não tomou uma providência contra a atual Direção da TELEPAR.

Eu queria, pedindo vênha à Casa, ler este artigo, que, quero que fique consignado nos Anais da Casa.

O artigo está no "Diário do Paraná" de ontem e diz o seguinte:

(Lê): "Estabeleceu-se no consenso público, pelo menos em nosso Estado, que o Paraná destaca-se como a unidade federativa mais progressista em telecomunicações. É difícil distinguir entre o que existe de verdadeiro nisso tudo e o que fica restrito no clichê propagandístico".

É verdade. Convido aos Srs. Deputados e a todo o povo que está nos ouvindo a ligar para 107, que é do Serviço Interurbano, fica-se 15 minutos esperando que a telefonista atenda. Então deve ser mais fácil falar com Roma. Nunca falei com Roma mas acho que deve ser mais fácil.

(Lê): "Pois, se por um lado, é indubitável que o nosso Estado possui o maior número de cidades em DDD, ensinando vasto poder de relacionamento comercial e social para considerável parcela da população, por outro é de se lamentar que esse aparente progresso tem sido prejudicado pela ausência de canais de comunicação da TELEPAR para seu diálogo com o público usuário.

Paradoxalmente é mais fácil hoje falar com Londrina, Recife ou Roma do que com qualquer serviço de emergência da Telepar. Principalmente fora do horário comercial.

Não se pode conceber — e aqui reside o motivo desta crítica que uma empresa comercial como a TELEPAR, com sua estrutura financeira baseada e sustentada pelos próprios usuários acionistas, através do processo de autofinanciamento, não mantenha plantão permanente para atender qualquer emergência".

É aquilo que dissemos muitas vezes.

"Sem falar no que isso representa em termos de risco para os órgãos de segurança pública..."

Quer dizer que não sou só que digo, não sou eu só que faço oposição ao Governo. Não é Oposição ao Governo, é crítica construtiva porque afinal de contas, o povo paga, tem o direito de usar o seu telefone.



"... há o aspecto das necessidades domésticas de cada dono de telefone que pode ficar a qualquer momento sem solução imediata porque permanece a ameaça constante de não se ter a quem recorrer quando a linha engulga".

"De uns tempos para cá, tem sido cada vez mais acentuada a deficiência dos serviços da Telepar, órgão de prestação de serviço público da mais alta relevância para a segurança e desenvolvimento da comunidade.

Se os dirigentes daquela Companhia não querem sujeitar-se às responsabilidades pressupostas como concessionária de serviço público, no seu mais alto termo, devem pelo menos cometer o respeito aos mais elementares direitos que assistem aos seus assinantes que, afinal, são financiadores do alardeado "progresso" das telecomunicações do Paraná".

Porque não adiante porque não querem se sujeitar, querem pegar o deles no fim do mês.

"O método de fechar para o almoço ou não funcionamento à noite e nos finais de semana não pode subsistir e nem é concebível sob nenhum pretexto".

"Acho que não é preciso falar mais nada. Vamos esperar que o Líder do Governo dê uma explicação cabal porque o Governo tem o dever de tomar providências quanto ao serviço de tele-comunicações porque não se concebe o massacre administrativo que está imperando dentro daquela Companhia de tele-comunicações.

C sr. Antônio Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — que pena, eu bem que gostaria mas ocupe V. Exa. a Tribuna e desça o pau na Telepar e que Deus nos ajude. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Antônio Lopes Jr..

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tão somente para dizer que eu deveria ter dito nuns minutos ou menos num aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério. Efetivamente o serviço interurbano da Telepar está péssimo. Posso comprovar o que disse há pouco o Deputado Erondy Silvério porque por quatro vezes aconteceu comigo mesmo e quis saber o nome da telefonista que me atendeu, posteriormente, e ela não deu. Mas, aguardei 18 minutos, insistindo e não atendeu o 107. Algo anda errado aí; não se trata de oposição, absolutamente, Deus nos livre, semelhante coisa. Trata-se isto sim de bons serviços que precisam ser prestados aos paranaenses que todos nós que fomos eleitos pelo voto do Povo do Paraná, temos a obrigação de trazer ao conhecimento do público. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Fruet, quarto orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Primeiro Secretário, Deputado Ivo Tomazoni, Srs. Deputados.

Não poderia ser outra a nossa posição, a não ser endoçar o que foi dito desta Tribuna pelos eminentes deputados Erondy Silvério e Antonio Lopes Junior.

Realmente, está a Telepar atravessando, não sei por que razão, uma fase de maus serviços à coletividade paranaense. E, por coincidência, foi lido na Sessão de hoje, pelo Sr. 1.º Secretário, um expediente de nossa autoria, dirigido à Diretoria da Telepar, com relação ao Serviço Interurbano de São José dos Pinhais.

Após às 23 horas, este serviço é feito por discagem direta, com o prefixo zero. Na última 5.ª-feira, este prefixo tocou durante 65 minutos — deixamos o fone fora do gancho aguardando o atendimento e não houve atendimento algum. São José dos Pinhais que é um Município progressista, ao lado de Curitiba, após às 23 horas, fica isolado, sem comunicações interurbanas. Como pode isso acontecer na época da telecomunicação, na época em que através da televisão há contacto directo com todas as partes do mundo? E após às 23 horas, São José dos Pinhais não tem mais contacto telefónico, com o serviço interurbano.

Fica aqui mais o nosso repúdio aos serviços da Companhia de Telecomunicações do Paraná que, se de um lado apregoa a sua condição de melhor do Brasil, apresenta muitas falhas, seguidamente, no seu atendimento aos usuários da Capital e também do Interior do Estado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, quinto orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente srs. Deputados.

Instigado e estimulado pelos pronunciamentos feitos há pouco pelos nobres Deputados, colegas desta Casa, também eu quero fazer, em relação à performance administrativa da Telepar, órgão responsável pelo sistema de telecomunicação do Estado do Paraná.

Há dias atrás, estando em Porto Alegre, fui surpreendido com uma notícia num dos mais prestigiosos jornais da Capital gaúcha, dando conta de que, no Paraná, a telecomunicação ia muito mal. Lendo o texto, verifiquei que os gauchos também estavam irritados com o comportamento da Telepar, porque todo o sistema que gira sobre a orientação da Telepar se relacionando com aquele Estado, estava precariamente instalado e muito precariamente vinha funcionando.

Há poucos dias também, lendo uma publicação em órgão especializado, fui identificado de que o sistema de DDD que deveria estar inaugurado, entre Curitiba e Apucarana, novamente foi adiado; e segundo cálculos feitos por peritos, constatou-se que, pelo menos um volume de 100 milhões de cruzeiros novos, deixam de ser negociados, exclusivamente pela precariedade de comunicação de nosso Estado.

Evidentemente, isto tem enorme reflexo na geração da receita tributária do Estado, de vez que os negócios não são realizados por falta de comunicação. Como o assunto é de enorme relevância pública e de enorme interesse a todo o Paraná, também eu quero neste momento juntar a minha voz a dos meus colegas que me antecederam no sentido de reivindicar medidas urgentes por parte do Governador do Estado, para que finalmente faça da Telepar, o que ela já foi, um órgão primoroso de telecomunicação do nosso Estado.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. Deputado Lázaro Dumont, sexto orador inscrito.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não vou falar em TELEPAR, respeito a TELEPAR e sou meio precativo. Quando alguém quer me telefonar digo sempre, a primeira e a segunda vez dá ocupado. Pode tentar a terceira.

Sr. Presidente, devido à nossa condição de dirigente sindical no Estado do Paraná e com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de nosso Estado alcançam hoje quase cento e cinquenta Municípios, recebemos constantemente desses Sindicatos e de seus associados apelos referentes aos problemas da agricultura.

É normal que estes apelos cheguem ao nosso conhecimento, mesmo de regiões representadas nesta Casa por outros Deputados. Longe de nós, quando trazemos algumas reivindicações de regiões representadas por outros colegas, queremos interferir de uma maneira ou de outra em suas áreas de ação. O fazemos simplesmente atendendo apelo de trabalhadores rurais, principalmente de pequenos produtores.

Neste fim de semana tivemos a oportunidade de visitar oito Municípios e de fazer reuniões em Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região Oeste do Paraná e constatamos, com muita tristeza, as condições em que se encontra a lavoura de trigo atingida pelas últimas geadas no Estado. Lavouras que eram a esperança de nossos agricultores, hoje quase que totalmente destruídas e em alguns Municípios, com os levantamentos feitos pelo Sindicato, constatou-se um prejuízo de 80%.

Nestas condições estamos encaminhando dois requerimentos à Mesa, um pedindo ao Presidente do Banco do Brasil e aos demais dirigentes dos estabelecimentos bancários de nosso Estado e também ao Presidente do Banco do Estado do Paraná o parcelamento a estes lavradores por quatro anos.

O segundo requerimento é pedindo a esses mesmos Estabelecimentos bancários que voltem suas vistas aos pequenos agricultores que, não por culpa deles mas por uma deficiência exclusiva dos órgãos que dirigem o sistema fundiário em nosso Estado, se encontram sem a posse definitiva das terras que possuem e, consequentemente, não podem obter financiamento através dos Estabelecimentos bancários. Neste sentido pedimos a esses Bancos que façam empréstimo especial a estes pequenos lavradores porque muito mais que outros tiveram prejuízos e, não podendo ir aos Estabelecimentos de crédito tiveram que fazer empréstimos de terceiros, com juros mais elevados e sem condições de pagar porque suas lavouras foram totalmente destruídas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio, — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 154-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 15-71, de autoria do Dep. Gilberto de Carvalho, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul e Ivaiporã, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 187-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 270-71, de autoria do Dep. Wilisan Fortes, fica denominado "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual de Gauricá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 1-72, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.as Discussão — do Projeto de Lei n. 36-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que declara de Utilidade Pública, o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 116-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 30-72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito a Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e com as confrontações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 208-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, transfere a responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Nova Prata no Município de Salto do Lontra, à Porto Pereira no Município de Capitão Leonidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 251-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo construir através da SVOP um prédio para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis e da outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**



2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 87-72, de autoria do Dep. João Fadel, concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estrada dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil (anexo Projeto de Lei n. 90-72, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que trata de idêntica matéria). [Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.]

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 117-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 31-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito a avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, institui concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 108/70**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**MENSAGEM N.º 17/70**

**PARECER**

1.) Através da presente proposição o Senhor Governador do Estado submete à apreciação desta Casa plano de lei visando autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná" os lotes n.ºs. 6, 7, 8, 9, 10 e 17, do Núcleo Cavoca, Município de Antonina, destinados à formação da granja da Fundação.

2.) Sobre a matéria pronunciaram-se favoravelmente as doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Terras, Imigração e Colonização.

3.) A mesma se nos afigura justa e oportuna, não havendo qualquer impedimento de ordem financeira que se lhe anteponha, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 253/71, de autoria do Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, Município de Colombo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 253/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a construir, através do Órgão Próprio do Estado, uma Casa Escolar no Distrito "Colônia Faria", Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 04 de outubro de 1971

a) — Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito "Colônia Faria", no Município de Colombo, com grande população em idade escolar se está ressentindo de prédio adequado para o funcionamento da Casa Escolar. Por essa razão apresentamos o presente Plano de Lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N.º 253/71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: autoriza a construção de uma escola em Colônia Faria.

**PARECER**

1.) O autor pretende tornar efetiva uma autorização ao Poder Executivo, para que este construa uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, em Colombo.

2.) Não nos parecendo existir óbice legal ou constitucional ao pretendido, segundo tem entendido esta Comissão, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1971

aa) — Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira

Borsari Netto

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

PROJETO DE LEI N.º 253/71

AUTOR: Dep. Quiêlse C. da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, Município de Colombo.

**PARECER**

A construção de escolas é matéria da competência do Poder Executivo, portanto não fere princípios de ordem financeira. Somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

aa) — Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Fuad Nacli

Paulo Poli

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

PROJETO DE LEI N.º 253/71

AUTOR: Dep. Quiêlse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo.

**PARECER**

1.) A proposição do nobre Deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a construir através do órgão próprio do Estado, uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo.

2.) A existência de grande população em idade escolar nesse distrito, segundo afirma o autor do Projeto em sua justificativa, e a falta de prédio adequado para o funcionamento da Casa Escolar, nos levam à conclusão de que a medida proposta deve merecer o apoio desta Comissão.

3.) Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em de maio de 1972.

aa) — Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Alvaro Dias

Cândido M. de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, autoriza o Poder Executivo a contar para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço que o servidor público estadual prestou ao Magistério particular como especifica e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 45/72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contar para efeito de aposentadoria o tempo de serviço que o Servidor Público Estadual prestou ao Magistério particular de qualquer grau de ensino, reconhecido, fiscalizado ou não, pela União, Estado ou Município.

§ Único — O tempo de serviço que trata este artigo será apurado em dias e comprovado por certidão assinada pelo Diretor do Estabelecimento de ensino onde o Servidor Público exerceu o Magistério, não se computando o período anterior à data em que o interessado atingiu a idade mínima para o ingresso no Serviço Público Civil do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972

a) — Deputado Alvaro Dias

**JUSTIFICATIVA:**

O Magistério, desde tempos imemoriais, vem se constituindo em uma profissão mal compreendida. Se, por um lado, os elogios sobram para dignificar a profissão do mestre, por outro, este próprio ensinador não consegue receber à altura vencimentos condizentes com o ensino que ministra.

Visa o nosso projeto em tela amenizar a já tão cruciante carreira do professor que, se de uma maneira estuda quanto tanto para se formar, como as demais carreiras superiores, de outro não consegue obter níveis de promoção iguais às demais do Magistério Público, de nível superior.

A contagem para efeito de aposentadoria o tempo de serviço que o Servidor prestou ao Magistério particular, é uma forma de compensar e premiar alguém que para o ensino deu tudo e nada dele obteve. Ademais, a medida ora proposta, já está sendo adotada por São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N.º 45/72

**PARECER**

De iniciativa do Deputado Alvaro Dias, o plano de lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a contar para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço que o Servidor Público Estadual prestou ao Magistério particular de qualquer grau de ensino, reconhecido, fiscalizado ou não, pela União, Estado ou Município.

A matéria não se enquadra entre aquelas que dependem de autorização do Poder Legislativo, mas sim de alteração de Lei vigente, pois a mesma é disciplinada pela Constituição Estadual em seu Art. 76 e pelo Art. 130 da Lei n.º 6.174.

O projeto constitui caráter de exceção as disposições que regem o assunto, pois pretende o autor do projeto, que seja contado para efeito de aposentadoria o tempo de serviço, em que o Servidor Público prestou ao Magistério particular, seja ele reconhecido, fiscalizado ou não, pela União, Estado ou Município.

Em nosso modo de entender, não pode um estabelecimento de ensino funcionar sem que seja fiscalizado pela União, Estado ou Município.

Nestas condições e pelo exposto, nosso parecer é contrário ao projeto

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Cândido M. de Oliveira

Luiz R. Soares

Maurício Fruct

Basílio Zanusso

Erondy Silvério

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 28/72, encaminhando anteprojeto de Lei que, objetiva conceder à Petrobrás — Petróleo Brasileiro S/A, isenção de pagamento do Imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com objetivo de instalar complexo industrial inerentes às suas finalidades. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

MENSAGEM 28/72

Curitiba, 28 de junho de 1972

**PROJETO DE LEI N.º 111/72**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder à PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A., isenção do pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de neles instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 391/72, de 22 do corrente mês, da Secretaria da Fazenda, ciz, com os necessários detalhes, sobre a oportunidade e alta significação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 23, da Constituição Estadual.



Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica isenta do pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos a PETROBRÁS — Petróleo Brasileiro S.A., em relação aos bens imóveis ou direitos, adquiridos com o objetivo de neles instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Of. n.º 391/72

Curitiba, 22 de junho de 1972

Senhor Governador:

A implantação de um complexo industrial relativo à refinaria de petróleo, em nosso território, que a Petrobrás irá efetivar, dependerá da aquisição de uma propriedade imobiliária cujo valor venal atinge aproximadamente a 2% do respectivo investimento.

Sobre essa operação imobiliária recai o imposto sobre transmissão de que trata a Lei estadual n.º 5464, de 31 de dezembro de 1964. Salvo as transmissões "inter vivos" compreendidas no sistema financeiro de habitação, a que se refere a lei federal n.º 4380 de 21 de agosto de 1964, — em que a alíquota do imposto é de 0,5% —, nas demais transmissões a título oneroso, como a ora reportada, ocorrerá um gravame tributário de 1% sobre o valor venal, à data da operação translativa da propriedade imobiliária.

Por outro lado, cumpre salientar, Senhor Governador, que a Petrobrás, criada pela Lei n.º 2002 de 3 de outubro de 1953 sob a forma de Sociedade de Economia Mista, não está ao abrigo da imunidade tributária recíproca do art. 19, III, "a" da Constituição da República Federativa do Brasil, a qual, no pertinente à administração indireta, só veio contemplar com a intributabilidade apenas as autarquias, deixando, pois, sem o seu abrigo as empresas públicas e as de capital misto.

Diante dessa colocação, a dispensa legal do imposto, por parte do Estado, representaria uma efetiva contribuição para esse empreendimento, ao mesmo tempo em que simbolizaria, concretamente, o reconhecimento dos paranaenses pela decisão recentemente tomada pelo Governo da União, indiscutivelmente de saliente interesse econômico para esta unidade federada.

Submeto, pois, ao crivo de Vossa Excelência, o incluso esboço de lei, que objetiva isentar a Petrobrás do pagamento da sisa, na aquisição dos imóveis que se destinarão a montagem do complexo industrial de refinaria de petróleo em território paranaense.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos de real apreço e de distinta consideração.

a) MAURICIO SCHULMAN  
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado

N/ Capital.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 111/72

AUTOR: Poder Executivo — Mensagem n.º 28/72

SÚMULA: Mensagem encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conceder a PETROBRÁS, isenção de pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com objetivo de instalar complexo industrial inerentes às suas finalidades.

#### PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, visa conceder à Petrobrás isenção de pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de instalar qualquer complexo industrial inerente às suas finalidades.

Considerando que a Petrobrás, criada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, não está ao abrigo da imunidade tributária prevista na Constituição Federal, como acontece com as autarquias, é necessário que a isenção se faça, através de lei própria.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice. Sob o aspecto social e econômico é medida justa e necessária.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 2-8-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Borsari Netto

Maurício Fruet

Luiz R. Soares — (vencido)

Cândido M. de Oliveira

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 111/72

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Isenta a PETROBRÁS — PETRÓLEO BRASILEIRO S/A — do pagamento de imposto sobre transmissão de bens imóveis.

#### PARECER

1.) O projeto, oriundo de mensagem governamental, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

2.) Tratando-se de matéria que, pelas suas implicações econômicas, financeiras e sociais, muito representará para o progresso do Estado, se constitui iniciativa das mais meritórias.

3.) Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Antônio Lopes Júnior

Jorge Sato.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cassiana Machado, ocorrido em Marechal Mallet — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, moção de aplausos a qualquer iniciativa do Poder Executivo que tenha por objeto melhor recompensar aos integrantes do Quadro de Polícia Civil que realmente desempenham funções policiais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja enviado a este Poder Legislativo, certidão relativa a assuntos referentes a Empresas de Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 39/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Moscalewski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 154/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 157/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente do Banco Bamerindus e Presidente do Banco Comercial do Paraná, objetivando o parcelamento para quatro anos, do financiamento concedido a todos os agricultores que tiveram suas lavouras destruídas pelas geadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente do Banco Bamerindus e Presidente do Banco Comercial do Paraná, no sentido de que seja aberto crédito especial nessas Casas Bancárias, para concessão de financiamento aos pequenos proprietários que ainda não têm o título definitivo, mas apenas mantêm a posse da terra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 20/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente da Telepar, no sentido de que determine providências, para atendimento do serviço de interurbano na cidade de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo magnífico trabalho que vem sendo executado pela direção da TV Coroados — Canal 3 da cidade de Londrina, quando comemora o seu 9.º aniversário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atanagildo de Souza Laio. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 86-70 — 216-70 — 238-70 — 110-71 — 207-71 — 16-72 — 34-72;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 208-71 — 251-71 — 87-12 — 117-72;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 1-72 e dos Projetos de Lei n.ºs.: 108-70 — 253-71 — 111-72 — 127-72;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 58-71 — 130-71 — 263-71 — 99-72 — 144-72 — 20-72 — 239-72.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que, amanhã, às 14,00 horas, realizar-se-á Sessão Extraordinária, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica instituído, um concurso destinado a divulgar a Importância do Poder Legislativo ao Desenvolvimento do Estado do Paraná, a ser patrocinado por esta Casa.

Art. 2.º — Este concurso será efetivado em duas categorias, sendo que a primeira será destinada a alunos de grau ginasial e colegial, matriculados em colégios públicos e particulares do Estado, e a segunda para jornalistas profissionais do Estado do Paraná.

Art. 3.º — Ficam instituídos os seguintes prêmios para o citado concurso: Classe estudantil: 1.º lugar — Uma Bolsa de estudos para qualquer Faculdade particular do Estado, à escolha do vencedor; 2.º e 3.º lugares — uma Bolsa de estudos para cursos pré-vestibulares à escolha dos premiados; Para Jornalistas: — 1.º lugar — 5.000,00; 2.º lugar — 3.000,00; 3.º lugar — 2.000,00.

Art. 4.º — Os trabalhos apresentados serão julgados; Na classe estudantil por uma Comissão composta por um representante da Secretaria de Educação, que presidirá a Comissão, um membro da Diretoria da Associação dos Professores do Paraná e dois deputados deste Poder Legislativo.

Para a classe de imprensa, os trabalhos serão apreciados por uma Comissão composta por dois jornalistas deste Poder Legislativo, um representante do Sindicato dos Jornalistas do Paraná e um Deputado, que presidirá o julgamento.

Art. 5.º — Os atos atinentes à regulamentação deste Concurso, serão complementados pela Comissão Executiva deste Poder Legislativo, num prazo de 30 dias.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1972.

a) Dep. Maurício Fruet



## JUSTIFICATIVA:

A importância do parlamentar na vida pública da comunidade, não sendo devidamente compreendida como merecia o ser. O tolhimento de diversos poderes que possuía o parlamentar no País, contribui, em parte, para esse afastamento entre o deputado e a população.

Talvez, mesmo sem exagero, o deputado, seja hoje um ilustre desconhecido, que só se evidencia e toma os pensamentos do povo nas épocas eleitorais, mesmo assim, obrigado pelas circunstâncias da propaganda gratuita fornecida pelas emissoras de rádio e TV, por ordem governamental.

Isto se deve, ao cerceamento da vida parlamentar e apesar das inúmeras atribuições ainda concernentes às obrigações de um deputado, estas atividades não parecem sensibilizar a população do Estado, que prefere, ficar alheia, à uma participação ativa e opinante.

É este fato, Sr. Presidente que pretendemos modificar. Com a instituição do presente concurso, não só, através da imprensa, se mostrará a atividade parlamentar, bem como, pela classe estudantil, através da pesquisa, será a vida política deste Poder melhor compreendida pelos jovens de nosso Estado futuros líderes políticos do Paraná.

É preciso inculcar nas matérias de Moral e Civismo em nossos Colégios o valor e a atuação parlamentar, dentro do contexto governamental.

Somos um poder do triunvirato governante e a ausência de um melhor conhecimento da vida parlamentar implica num deserviço ao melhor conhecimento do funcionamento da vida política brasileira.

À par da presença de duas classes predominantes de nossa Sociedade, estamos vinculadas ao concurso em tela, o mesmo tem intrinsecamente o sentido cívico de divulgar um dos três poderes básicos na Nação, que, por falta de melhor compreensão, está a caducar ante a vista do povo brasileiro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1-72

AUTOR: — Dep. Maurício Fruct

SÚMULA: — Institui concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no Desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências.

## PARECER

O presente Projeto de Resolução de autoria do ilustre Deputado Maurício Fruct, corresponde a imperiosa necessidade de divulgar a importância do legislativo no contexto paranaense:

Se há uma crise deste Poder em âmbito nacional, creio não ser exagero afirmar que é exatamente o legislativo paranaense um dos que carece de maior necessidade de revitalização e de afirmação política.

O presente Projeto, se acolhido, contribuirá, substancialmente para tal parecer favorável.

Assim, somos pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa.) Armando Queiroz — Presidente  
Luiz Roberto Soares — Relator  
Cândido M. de Oliveira  
Santos Lima  
Emílio Carazzai  
Ovídio Franzoni

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1-72

1) — O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, que visa instituir concursos destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná, foi anteriormente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro que temos a incumbência de expressar nosso ponto de vista, entendemos que o plano de lei supra referido não merece qualquer reparo, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

(aa) Fuad Nacli — Presidente  
David Federmann — Relator  
Antonio Lopes Júnior

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 17-70, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre doação à Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, dos lotes n.ºs 6, 7, 8, 9, 10 e 17 em núcleo Cavoca, Município de Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.T.I.C. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 17-70  
Senhor Presidente:

Curitiba, 25 de maio de 1970

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a doação, à Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, dos lotes n.ºs 6 — 7 — 8 — 9 — 10 e 17, do Núcleo Cavoca, Município de Antonina, com a área total de 193,0 ha. (cento e noventa e três hectares).

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, decorre do vencido no protocolado sob n.º 05131-70-P. Gôverno, através do qual o assunto foi devidamente examinado, chegando-se à conclusão de que a doação em questão reveste-se de elevado significado, eis que ensejará condições a fim de que a Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná” forme e organize na área a ser doada, sua granja, a qual fornecerá grande parte dos produtos horti-granjeiros para consumo no Restaurante Universitário, órgão da referida Fundação.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Paulo Pimentel — Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado FRANCISCO ESCORSIN  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/Capital.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, com sede nesta Capital, os lotes n.ºs

6, 7, 8, 9, 10 e 17, do Núcleo Cavoca, Município de Antonina, com área total de 193,0 ha. (cento e noventa e três hectares).

Art. 2.º — A área de terras de que trata o artigo anterior será destinada à formação de granja da Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, revertendo ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI N.º 108-72  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

É legal e constitucional.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8-6-70.

(aa.) Emílio Carazzai — Presidente  
Arnaldo Busato — Relator  
Paulo Camargo  
Paulo Poli  
Ivo Thomazoni  
Alencar Furtado  
Luiz Cruz

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N.º 108-70

AUTOR: — Governo do Estado

SÚMULA: — Mensagem n.º 17-70, encaminhada a esta Casa com anteprojeto de lei, dispondo sobre a doação, à Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, dos lotes de terra que especifica.

## PARECER

O Governo do Estado, com a mensagem n.º 17-70, submete à apreciação da Casa, anteprojeto de lei dispondo sobre a doação, à Fundação “Casa do Estudante Universitário do Paraná”, dos lotes de terra n.ºs 6, 7, 8, 9, 10 e 17 do Núcleo Cavoca, Município de Antonina, com a área total de 193,0 ha (cento e noventa e três hectares).

Esclarece a mensagem, que a área a ser doada destina-se à formação e organização da granja daquela entidade, a qual fornecerá grande parte dos produtos horti-granjeiros para consumo no Restaurante Universitário.

A matéria, sobre a qual já se pronunciou a Egrégia Comissão de Constituição e Justiça, favoravelmente, merece ser acolhida nesta Comissão, pelo acerto e oportunidade de que se reveste.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1970.

(aa) Igo Losso — Presidente  
Nelson Buffara — Relator  
Fabiano Braga Côrtes

## PORTARIAS:

## PORTARIA N. 261-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 7.133, de 13 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE: conceder a Joaquina Lourenço José, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 13 de setembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 262-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 7.173, de 13 de setembro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE: conceder a José Elias Martins, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 18 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de setembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 263-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 7.329-72, de 18 de setembro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE: conceder a Lindamir Edil Caran, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento, a partir de 13 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA N. 264-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 7.337, de 19 de setembro de 1.972, deste Poder,

RESOLVE: lotar Albary Pedrosa, ora a disposição deste Poder, no Gabinete da 1.a Vice-Presidência, por seis (6) meses.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA  
ATA DA 2a. REUNIÃO ORDINÁRIA  
2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7a. LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Gabriel Manoel e Arizone Mendes de Araújo. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo apro-



vada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 252-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antonio do Caiuá. Relator: Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: Requerida diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI N. 255-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Requerida diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI N. 67-71 — De autoria do senhor deputado João Mansur, que acresce ao parágrafo 1.º do art. 47, da Lei 5.871 de 9 de novembro de 1.968, o inciso seguinte: IV — Por necessidade da Educação. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Requerimento encaminhando o mesmo à Secretaria de Educação e Cultura, para ouvir o seu titular. Deferido. PROJETO DE LEI N. 94-71 — De autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Requerida diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI N. 207-70 — De autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Requerida diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI N. 138-71 — De autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar em 1972. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Requerida diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. PROJETO DE LEI N. 156-71 — De autoria do senhor deputado Fuad Nacli, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 161-71 — De autoria do senhor deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo, através da secretaria de Agricultura, construir, uma Escola Agrícola no município de Palmital e dá outras providências. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 471-67 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria na cidade de Loanda o Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 249-71 — De autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio, no Distrito de Beneditópolis, município de Guaraci, e dá outras providências. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 90-70

— De autoria do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que denomina "Grupo Escolar Reinaldo Caliman", o atual Grupo Escolar de Vila Operário, com sede no município de Jandaia do Sul. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 47-72 — De autoria do senhor deputado Ovidio Franzoni, que denomina, Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 254-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial, em Cidade Gaúcha. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 164-71 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal, na sede do município de Mamborê. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 272-71 — De autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para o Ginásio Estadual da sede do município de Iguaçu. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 290-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Itambaracá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável, com emenda modificativa. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 144-71 — De autoria do senhor deputado Fuad Nacli, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, município de Corbélia, para funcionar a partir de 1.972. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável obedecido Substitutivo Geral. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 276-71 — De autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Zélia, município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 41-72 — De autoria do senhor deputado Antonio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo, denominar "Professor Edgar Távora", estabelecimento de ensino de segundo grau sediado nesta Capital. Relator: Deputado Arizone Mendes de Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 18-71 — De autoria do senhor deputado Cândido M. de Oliveira, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Antônio Lopes Júnior — Presidente

a) Maria Aparecida Amaral — Secretária